

Processo:  
Nº Convencional:  
Relator:  
Descrições:  
Nº do Documento:  
Data do Acórdão:  
Votação:  
Tribunal Recurso:  
Processo no Tribunal Recurso:  
Data:  
Texto Integral:  
Privacidade:  
Meio Processual:  
Decisão:  
Sumário:

05S3139  
JSTJ000  
FERNANDES CADILHA  
VIGILÂNCIA ELECTRÓNICA  
SJ200602080031394  
08-02-2006  
UNANIMIDADE  
T REL LISBOA  
10740/04

18-05-2005

S

1

REVISTA.

CONCEDIDA A REVISTA.

I - A instalação de sistemas de videovigilância nos locais de trabalho envolve a restrição do direito de reserva da vida privada e apenas poderá mostrar-se justificada quando for necessária à prossecução de interesses legítimos e dentro dos limites definidos pelo princípio da proporcionalidade.

II - O empregador pode utilizar meios de vigilância à distância sempre que tenha por finalidade a protecção e segurança de pessoas e bens, devendo entender-se, contudo, que essa possibilidade se circunscreve a locais abertos ao público ou a espaços de acesso a pessoas estranhas à empresa, em que exista um razoável risco de ocorrência de delitos contra as pessoas ou contra o património.

III - Por outro lado, essa utilização deverá traduzir-se numa forma de vigilância genérica, destinada a detectar factos, situações ou acontecimentos incidentais, e não numa vigilância directamente dirigida aos postos de trabalho ou ao campo de acção dos trabalhadores;

Sublinhado é nosso

IV - Os mesmos princípios têm aplicação mesmo que o fundamento da autorização para a recolha de gravação de imagens seja constituído por um potencial risco para a saúde pública que possa advir do desvio de medicamentos do interior de instalações de entidade que se dedica à actividade farmacêutica;

V- Nos termos das precedentes proposições, é ilícita, por violação do direito de reserva da vida privada, a captação de imagem através de câmaras de vídeo instaladas no local de trabalho e direccionadas para os trabalhadores, de tal modo que a actividade laboral se encontre sujeita a uma contínua e permanente observação.

Decisão Texto Integral:

Acordam no Supremo Tribunal de Justiça:

1. Relatório